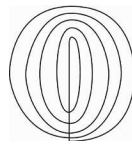


EXTERNISMO E CONTEÚDO MENTAL

EDIÇÃO DE 2014 do

COMPÊNDIO EM LINHA DE PROBLEMAS DE FILOSOFIA ANALÍTICA

2012-2015 FCT Project PTDC/FIL-FIL/121209/2010



Editado por
João Branquinho e Ricardo Santos

ISBN: 978-989-8553-22-5

Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica
Copyright © 2014 do editor
Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, Campo Grande, 1600-214 Lisboa

Externismo e Conteúdo Mental
Copyright © 2014 do autor
André Leclerc

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0035>

Todos os direitos reservados

Resumo

O Externismo em filosofia da mente é uma família de doutrinas acerca da individuação dos estados mentais. Os estados mentais são individuados pelo conteúdo e o conteúdo, por sua vez, é individuado por relações entre o agente cognitivo e fatores do ambiente natural e social, pelo menos em muitos casos. Apresentamos algumas dessas doutrinas, as quais absorvem ideias da teoria da referência direta, ideias sobre as atitudes *de re*, e uma certa concepção das propriedades intencionais e semânticas. Apresentamos as experiências de pensamento concebidas por Putnam, Burge e Davidson, e discutimos dois problemas decorrendo do Externismo de conteúdo: o problema do autoconhecimento, e o problema do conhecimento *a priori* do mundo externo.

Palavras-chave

Externismo, Conteúdo mental, Referência direta, Atitudes *de re*, Autoconhecimento

Abstract

Externalism in the philosophy of mind is a family of theories about the individuation of mental states. Mental states are individuated by their content; and the content, in turn, is individuated by relations between the cognitive agent and external affairs, at least in many cases. Here we present some of these theories, which include ideas about direct reference, *de re* attitudes, and a conception of semantic and intentional properties. We present the thought experiments conceived of by Putnam, Burge and Davidson, and a discussion of two problems raised by the externalist doctrine: one about self-knowledge and the other about *a priori* knowledge of the external world.

Keywords

Externalism, Mental Content, Direct Reference, *De re* Attitude, Self-knowledge

Externismo e Conteúdo Mental

DOI: <https://doi.org/10.51427/cfi.2021.0035>

1 Individuação do conteúdo mental

O Externismo em filosofia da mente é uma família de doutrinas sobre a individuação dos estados mentais. Os estados mentais são individuados pelo conteúdo. O conteúdo de um estado mental é normalmente *especificado* por uma frase de uma linguagem pública que aparece no escopo de um verbo denotando uma atitude (verbos como ‘acreditar’, ‘desejar’, ‘recear’, ‘lembrar’, ‘reconhecer’, ‘saber’, etc.). A frase introduzida pela conjunção de subordinação ‘que’ especifica o complemento do verbo, seu acusativo, isto é, o conteúdo da atitude. Os verbos de atitude indicam o *tipo* do estado mental – se é crença, desejo, intenção, etc. O conteúdo é o que distingue diferentes estados mentais do mesmo tipo. Assim, a frase ‘um nêutron é uma partícula de carga zero’ serve para especificar o conteúdo da crença que atribuímos a Joaquim quando dizemos: ‘Joaquim acredita que um nêutron é uma partícula de carga zero’. A crença do Capitão Haddock de que há aguardente na garrafa de sua mesa é do mesmo tipo que a precedente (crença), mas é distinta dela porque o conteúdo claramente não é o mesmo (os atos de referência e predicação não são os mesmos). A tese externista em filosofia da mente diz o seguinte: *a individuação de um estado mental depende do conteúdo, e por sua vez, a identidade do conteúdo depende, em muitos casos, de relações individuanes, causais e não-representacionais, entre o agente cognitivo e substâncias, condições ou fatos existentes no seu ambiente físico e social.*

Alguns de nossos estados mentais envolvem diretamente o objeto intencional determinado pelo conteúdo de tal maneira que a identidade do conteúdo (e, conseqüentemente, do estado mental como um todo) depende diretamente da identidade do objeto. O agente do contexto pode desconhecer ou não representar certos aspectos do objeto intencional, por exemplo sua estrutura interna ou composição química. Frequentemente não sabemos como discernir o objeto de outro fenomenologicamente indiscernível, ou não possuímos as habilidades para discernir um objeto de outro (e. g., discernir um pedaço de jadeita de outro de nefrita, um olmo de uma faia, etc.). Haddock não poderia ter a crença perceptual e bem justificada de que

Publicado pela primeira vez em 2014

há uma garrafa de aguardente na sua frente se a garrafa não existisse (de outro modo, estaria alucinando e sua crença não seria bem justificada). E se um prestidigitador muito habilidoso conseguisse trocar, num piscar de olho, a garrafa por outra qualitativamente idêntica, o conteúdo da crença perceptual de Haddock não seria mais o mesmo em razão da substituição (as duas garrafas são numericamente distintas, e não ocupam o mesmo espaço), apesar da experiência visual nos dois casos ser indiscernível do ponto de vista do agente, em primeira pessoa. No externismo, portanto, o ponto de vista em primeira pessoa não é sempre decisivo.

Existe uma formulação equivalente e mais simples da tese externista em termos de propriedades: *pelo menos algumas propriedades mentais são relacionais e extrínsecas*. Certas propriedades são intrínsecas ou não-relacionais: ser feito de ouro ou ter uma massa de 2 quilogramas, são exemplos de tais propriedades, isto é, propriedades cuja instanciação não pressupõe a existência de qualquer outra coisa além do próprio objeto que instancia a propriedade em questão. Outras propriedades são relacionais e extrínsecas, como a propriedade de estar a 30 metros da Torre Eiffel, a propriedade de ser casado, ou ainda a propriedade de ser um planeta. No primeiro caso, a instanciação da propriedade pressupõe a existência da Torre Eiffel; no segundo caso, uma outra pessoa deve existir; e no terceiro, algo não poderia ser um planeta se não existisse uma estrela ao redor da qual gravitasse. Em outros casos, a instanciação de propriedades relacionais e extrínsecas pressupõe a existência do objeto que as instancia a um momento anterior ou posterior ao momento da instanciação. Assim, ser divorciado, ser o futuro Presidente do Brasil, estar de férias pela segunda vez em Foz do Iguaçu, são tais propriedades. Todas essas propriedades são *enraizadas fora do objeto que as instancia ou fora do tempo da instanciação*.¹ Propriedades mentais também podem ser enraizadas, como perceber uma laranja, estar com ciúme, ou lembrar-se do que comeu no jantar de ontem. Essas são propriedades mentais que um agente cognitivo não pode possuir em completo isolamento (isto é, desconsiderando totalmente suas relações com o ambiente imediato), pois esses estados pressupõem a existência de algo distin-

¹ A noção de propriedade *enraizada* foi introduzida por Chisholm (1976); a este propósito ver também Kim 1982.

to do agente que instancia a propriedade, ou a existência de agente em um momento distinto do momento atual da instanciação. O Externismo é assim uma forma de realismo bastante direta: a própria posse de certos estados mentais pressupõe a existência de algo fora do agente. Uma consequência do caráter relacional e extrínseco de muitas de nossas propriedades mentais é que o conteúdo mental não “sobrevém”² exclusivamente àquilo que está literalmente na cabeça do agente cognitivo e acontece simultaneamente nela (a atividade eletroquímica do cérebro). Noutras palavras, duas pessoas, uma sendo a réplica molecular (*Doppelgänger*) da outra, poderiam ter crenças diferentes pelo fato de estarem em ambientes distintos, e isso mesmo quando o conteúdo dessas crenças é especificado por exemplares da mesma frase-tipo, e mesmo quando elas compartilham todas as suas propriedades intrínsecas.

Fred Dretske (em Dretske 2003) apresenta o Externismo em filosofia da mente em termos de *fatos relacionais*. O Externismo corresponde assim a uma nova doutrina metafísica de acordo com a qual os pensamentos, e talvez até todas as experiências, são *constituídos* por fatos extrínsecos e relacionais. A mente é a “face representacional” do cérebro. Os estados com conteúdo mental estão na cabeça, literalmente, mas o que faz de uma atitude proposicional o estado representacional que é (o que faz de uma crença, por exemplo, a crença que é), são as relações que esses estados internos do organismo mantêm com fatores externos. Uma comparação pode ajudar aqui com o conteúdo de um livro, digamos, uma biografia. No livro encontramos muitas marcas de tinta, mas as pessoas, os eventos descritos e as anedotas relatadas, num sentido bastante claro, não estão *realmente* no livro.

Alguns dos externistas mais famosos (Putnam, Burge, Davidson) apresentaram suas teses recorrendo a *experiências de pensamento*. Va-

² No caso mais simples da superveniência local mente-cérebro, A (um grupo de propriedades) sobrevém de B (grupo de propriedades básicas) quando: 1) A é determinado por B e fica na dependência de B, e 2) não pode haver mudanças em A sem mudanças em B. O Externismo nega que as propriedades intencionais e semânticas dos conteúdos mentais dependem exclusivamente das propriedades básicas instanciadas pelo cérebro. Para manter a tese da superveniência, é preciso considerar parte do ambiente, mas aí, a superveniência não é mais local, e sim, global.

mos aqui seguir a tradição e imaginar que o Capitão Haddock tem seu Doppelgänger num planeta distante, igual em tudo a nossa Terra, menos pelo fato de que lá a palavra ‘aguardente’ designa uma substância fenomenologicamente indiscernível de nossa aguardente, mas com uma composição química diferente. Para evitar confusão, vamos chamar aqui na Terra de ‘gaguardente’ essa substância da Terra-gêmea tão parecida como a aguardente, mas o povo da Terra-gêmea usa a mesma palavra que nós (‘aguardente’) para se referir à gaguardente. Nosso Haddock afirma (e acredita): “Tem aguardente nesta garrafa”. Haddock-gêmeo na Terra-gêmea afirma (e acredita): “Tem aguardente nesta garrafa”, usando outro exemplar da mesma frase-tipo. Haddock e Haddock-gêmeo são réplicas moleculares um do outro; tudo o que acontece no cérebro de um, *ex hypothesi*, acontece no cérebro do outro. A grande questão agora é: Expressaram o mesmo pensamento? Têm a mesma crença? Os externistas respondem “não”, pois no português da Terra-gêmea a palavra ‘aguardente’ denota uma substância diferente e o objeto intencional, portanto, não é o mesmo nos dois casos (a gaguardente tem a mesma aparência e gosto, mas não é aguardente). Logo, as crenças não são as mesmas. O ato mental de apreender ou compreender a palavra ‘aguardente’ nos dois casos é indiscernível em primeira pessoa, bem como a atividade cerebral correspondente. O que aconteceu então? Quando deixamos para trás a situação hipotética da Terra-gêmea e voltamos para a situação original de nosso Haddock terráqueo, *observamos que há uma diferença no conteúdo da crença de Haddock e de Haddock-gêmeo*, pois as duas crenças têm objetos diferentes, e a única maneira de marcar essa diferença é usar a palavra ‘gaguardente’ na Terra para especificar o conteúdo da crença de Haddock-gêmeo. E a única explicação dessa diferença reside, portanto, na existência de substâncias diversas nos ambientes respectivos de Haddock e Haddock-gêmeo. São as relações individuan-tes, causais e não representacionais, de Haddock e Haddock-gêmeo com essas substâncias (aguardente e gaguardente) que contribuem para a diferença de conteúdo.

O Externismo em Filosofia da Mente corresponde a uma abordagem diferente na teoria da representação e da intencionalidade que absorve algumas ideias da teoria da referência direta e aceita a

existência de estados mentais *de re*³ ou de conteúdo *pleno* (ou largo, “*broad*” em inglês). Em particular, a conexão entre representações mentais ou linguísticas e o que elas representam é de alguma forma *causal*, e não uma relação determinada pela satisfação de certas condições de caráter conceitual, gerais e descritivas, como na teoria da referência da tradição fregeana.

O Externismo de conteúdo se apresenta em diversas versões. A de Putnam é fortemente associada aos nomes de espécies naturais e às vezes é chamada de Externismo “físico”, mesmo se a sua tese da Divisão do Trabalho Linguístico lhe confira um certo caráter “social”. O Externismo de Tyler Burge (que prefere “antiindividualismo” como rótulo) vale para qualquer tipo de expressão e tem um caráter social mais evidente, pois a existência de convenções linguísticas diversas em diferentes comunidades linguísticas mostra como o conteúdo vero-condicional de nossos pensamentos é diretamente afetado por estas convenções. Finalmente, o Externismo de Donald Davidson destaca uma enorme rede de conexões histórico-causais sem a qual nossos pensamentos e nossas afirmações sérias e sinceras nem poderiam referir a qualquer coisa em nosso ambiente.

O Externismo de conteúdo parece nos conduzir a dois tipos de problema, ambos ligados a tese tradicional e bastante intuitiva do acesso privilegiado aos nossos estados mentais e da autoridade da primeira pessoa: o do autoconhecimento – como posso conhecer com autoridade meus próprios estados mentais se, para isso, preciso saber em primeiro lugar em que ambiente estou situado? Assim, parece difícil manter a compatibilidade do Externismo com a tese tradicional do acesso privilegiado aos nossos próprios pensamentos. A autoridade da primeira pessoa no autoconhecimento parece ameaçada. Surge ainda o problema do conhecimento *a priori* do mundo exterior: se sabemos *a priori* o que pensamos (ou que propriedade

³ Um estado mental é *de re* quando sua posse pressupõe a existência de uma relação não representacional com o objeto representado. O estado mental é assim “conceitualmente incompleto” (Burge 1977). Querer adquirir uma chalupa particular (exemplo de Quine), aquela que eu vi à venda há pouco tempo e da qual lembro perfeitamente, é um estado mental diferente de querer adquirir uma chalupa qualquer um dia, com certas características gerais. No primeiro caso, a chalupa existe como causa remota da lembrança; no segundo caso, nenhuma chalupa precisa existir.

mental instanciamos), por ter um acesso privilegiado aos nossos próprios pensamentos, e se a propriedade mental em questão é *de re* (sua posse depende da existência de algo no mundo fora do agente ou da satisfação de uma condição externa), então parece que adquirimos conhecimento empírico acerca dessa condição externa somente pela inspeção *a priori* de nossos pensamentos. Assim, o Externismo parece tornar possível, de modo totalmente contraintuitivo, a descoberta *a priori* de certas características do mundo. Voltaremos a esses dois problemas no final deste artigo.

Devemos distinguir, em primeiro lugar, o Externismo semântico, o Externismo relativo ao conteúdo mental e o Externismo em epistemologia. Como é praticamente impossível apresentar o Externismo de conteúdo sem o Externismo semântico, e *vice-versa*, estes serão apresentados logo depois de uma exposição muito breve, porém útil, do Externismo epistemológico; apesar do forte grau de parentesco, este último pode ser tratado separadamente das duas outras formas de Externismo.

2 O externismo epistemológico

Em poucas palavras, o externismo epistemológico é a tese de que a justificação de nossas crenças depende em muitos casos de fatores externos, às vezes desconhecidos do próprio agente cognitivo, ou não diretamente acessíveis para ele.⁴ A questão de saber se é provável que certas de nossas crenças sejam objetivamente verdadeiras não pode ser decidida só pela inspeção reflexiva de nossos próprios estados mentais. O *Internismo epistemológico* exige que as razões que justificam nossas crenças e servem como garantias epistêmicas sejam reflexivamente acessíveis ao agente cognitivo. Essas razões aumentam a probabilidade de nossas crenças serem verdadeiras e eliminam possibilidades de erros. Mas, essa condição é forte demais para um número enorme de atribuições corriqueiras de conhecimento que nos parecem, *prima facie*, não problemáticas. Atribuímos com frequência

⁴ Por isso, o axioma de reflexividade da lógica epistêmica clássica (desenvolvida inicialmente por Hintikka) não vale em geral no Externismo epistemológico: quem sabe que P *não sabe necessariamente* que sabe que P (na notação habitual: $KaP \not\Rightarrow KaKaP$).

conhecimentos aos animais, por exemplo, ou ainda a pessoas sem muita sofisticação científica ou filosófica, e essas atribuições parecem perfeitamente aceitáveis. Basta que o agente cognitivo tenha formado sua crença através de um *procedimento confiável*, ou que o fato verificador seja a própria *causa* da crença. Dizemos de um cachorro, por exemplo, que ele sabe que seu mestre está atrás da porta em razão de seu olfato muito potente. Se os internistas estivessem certos, teríamos muito menos conhecimentos do que aparentamos possuir.

Além do mais, o Externismo epistemológico oferece uma resposta muito mais forte ao ceticismo global do que o Internismo. O argumento é apresentado em Putnam 1981. Na teoria causal da referência defendida por ele, *um termo refere a um objeto somente se existe uma relação causal apropriada conectando o termo ao objeto*. Se um desenho ou uma fotografia de uma árvore caísse nas mãos dos habitantes de um planeta onde não há árvores, esse desenho ou fotografia não poderia contar como representação de uma árvore para eles, pois nunca estiveram em contato com árvores. E se um caracol se deslocando na areia da praia traçasse a silhueta de Alfred Hitchcock, o desenho resultante não seria considerado como uma representação de Hitchcock produzida por um caracol. A referência não pode ser devida a qualquer conexão acidental entre o termo e o referente, nem a qualquer propriedade intrínseca do termo e de seus exemplares (*tokens*). Noutras palavras, a referência não pode ser uma relação “mágica”.

Agora, o cético radical ou “global” pode argumentar que não sabemos se vivemos na Matrix, ou se somos cérebros numa cuba conectados a um supercomputador cujos programas são destinados a nos fazer crer que temos uma imensa variedade de experiências sensoriais que não temos de fato, ou que comunicamos pensamentos que não comunicamos de fato. Se não sabemos isso, então não sabemos, por exemplo, que temos duas mãos. O cético pode raciocinar da seguinte maneira:

1. Se sabemos que temos duas mãos, então sabemos que não somos cérebros numa cuba;
 2. Ora, não sabemos que não somos cérebros numa cuba;
- ∴ Não sabemos que temos duas mãos (por *modus tollens*).

A resposta de Putnam é uma *reductio ad absurdum*. Vamos supor que somos cérebros numa cuba e acreditamos nisso. Neste caso, quando acreditamos usar as palavras ‘cérebro’ e ‘cuba’ para referir a cérebros e cubas, na verdade estamos recebendo impulsos elétricos do computador e assim não existe nenhuma conexão causal apropriada entre os termos que pensamos usar e os objetos aos quais pensamos referir. Portanto, nossos usos de ‘cérebro’ e ‘cuba’ não referem a cérebros e cubas. Se a expressão ‘cérebros numa cuba’ não refere a cérebros numa cuba, então a frase ‘Somos cérebros numa cuba’ pronunciada por qualquer cérebro numa cuba nunca pode ser verdadeira. Portanto, se somos cérebros numa cuba, então a frase ‘somos cérebros numa cuba’ nunca é verdadeira. Logo, não somos cérebros numa cuba, e o cético está errado. Este argumento continua dando muito a pensar na epistemologia mesmo décadas depois de sua apresentação.

3 O externismo semântico e de conteúdo

Em Putnam 1973 e 1975, encontramos praticamente todas as idéias que formam o que chamamos desde então de ‘Externismo Semântico’, e que serão rearticuladas numa formulação clássica em Putnam 1975a. Este último texto teve um grande impacto na semântica das línguas naturais, particularmente na semântica lexical, e também na filosofia da mente. Pouco tempo depois, Tyler Burge (1979) e Donald Davidson (1987) defenderam cada um sua própria versão do Externismo. Mais recentemente, Fred Dretske acrescentou sua própria versão (em Dretske 1995) relacionada à teoria da informação.

O alvo das críticas de Putnam era principalmente o “solipsismo metodológico” (ou “Internismo”), em particular a idéia de que o conhecimento do significado de uma palavra e o conteúdo de *todos* os nossos estados mentais são inteiramente determinados por acontecimentos em nossas cabeças (pela atividade eletroquímica de nossos

cérebros). No solipsismo metodológico, *todos os estados mentais* teriam conteúdo *exíguo* (*narrow*); seriam estados que um cérebro numa cuba poderia ter, pois corresponderiam à instanciação de propriedades mentais intrínsecas que não envolvem nenhuma relação individuante com objetos, substâncias e fatores do ambiente natural e social. Doppelgängers teriam necessariamente estados mentais com o mesmo conteúdo, não importa o ambiente.

O Externismo semântico é a tese que diz que nosso conhecimento do significado (mais precisamente, da *intensão*) dos termos não é determinado exclusivamente pelos eventos neuronais em nossas cabeças, e sim, também, por fatores externos, os quais fazem necessariamente parte do processo de identificação do conteúdo de nossas enunciações. Vimos que conteúdos mentais são especificados por frases de uma linguagem pública. Essas frases (e seus constituintes) têm propriedades semânticas. Essas propriedades semânticas são, por assim dizer, transferidas ao conteúdo mental. Quando uma frase contém deícticos, demonstrativos ou termos de espécies naturais, o pensamento correspondente costuma ser *de re*, “singular”. O Externismo de conteúdo, então, é a tese de que pelo menos *alguns* de nossos estados mentais são *de re*, ou têm conteúdo *pleno* (*broad*).

Abracurcix, o chefe dos Gauleses, pensa, a cada dia: “Hoje, o céu vai cair sobre nossas cabeças”.⁵ Considerando o *conteúdo* (no sentido de Kaplan) do deíctico ‘hoje’, que designa cada dia um dia diferente, Abracurcix pensa algo diferente a cada dia e as condições de verdade do seu pensamento mudam a cada dia. Mas, se considerarmos somente o *caráter* (no sentido de Kaplan) da palavra ‘hoje’, isto é, a regra geral para seu uso que é de designar sempre o dia da enunciação, podemos afirmar que Abracurcix diz a “mesma coisa” a cada dia (que no dia da enunciação o céu vai cair sobre nossas cabeças). Agora, defender a semântica clássica e a superveniência local mente-cérebro contra o Externismo de conteúdo significa defender a tese de que existe um tal conteúdo exíguo para *cada* conteúdo mental e que é este que importa para a competência semântica e a explicação do comportamento. Esta tese, no entanto, é altamente implausível. É o que Putnam tentou mostrar com o exemplo do ciúme. Qual é o conteúdo exíguo de um estado mental de ciúme? Se Menelau está com

⁵ Para o exemplo, ver Seagal 2000: 3-4.

ciúme das atenções de Helena para com Paris, faria sentido atribuir a Menelau este estado de ciúme se Paris e Helena não existissem? É possível estar *realmente* com ciúme de suas próprias alucinações? À guisa de comparação: não seria como pretender que um caso de alucinação conta como autêntico caso de percepção porque as duas experiências são indiscerníveis em primeira pessoa?

O conhecimento do mundo e o conhecimento do significado são intimamente ligados. Naturalmente, nosso conhecimento do mundo, das regularidades naturais e sociais, da estrutura e da essência das coisas, é muito menos do que perfeito. O conhecimento que temos do significado das palavras é também imperfeito, incompleto. Devemos resistir à tentação de idealizar demais a competência dos falantes -ouvintes de uma língua. Na maioria dos casos, o conhecimento que temos do significado de uma palavra se limita à habilidade de usar corretamente uma expressão na maioria dos contextos de uso. Nosso conhecimento dos significados e do mundo, além de ser incompleto, pode variar muito de uma pessoa para outra. Nossa comunidade linguística envolve especialistas que sabem aplicar testes para diferenciar jadeita de nefrita, um olmo de uma faia, ouro da pirita de ferro, etc. Sob o ângulo da complexidade, se compararmos a linguagem a uma ferramenta, seria uma ferramenta coletiva, como um navio que precisa de uma tripulação para ser usado, e não uma ferramenta individual, como uma chave de fenda. Eu consigo referir à jadeita com meu uso da palavra 'jadeita' mesmo sem saber aplicar os critérios para distinguir a jadeita da nefrita. Consigo porque posso me apoiar no saber dos especialistas para usar a palavra. Meu uso, num caso desses, é *deferente*. Essas hipóteses sobre a competência e o uso corriqueiro da linguagem são bastante sensatas e realistas; elas são importantes também para entender as experiências de pensamento de Putnam e Burge.

Na semântica filosófica clássica, a intensão de um termo *sempre* determina a sua extensão. Compreender a intensão é saber a que coisa ou tipo de coisas a palavra se aplica em qualquer situação possível. É dominar uma regra ou função. Como o conteúdo mental é especificado por uma frase de uma língua pública, as propriedades semânticas dessa frase são imediatamente transferidas ao conteúdo mental. Assim, o conteúdo mental deveria também determinar a referência mental. Ora, a famosa experiência de pensamento de Putnam mostra

que não é bem assim. Substâncias podem ser iguais quanto ao “estereótipo” (o conjunto de suas qualidades fenomenais), mas ter uma estrutura interna distinta (nefrita/jadeita, ouro/pirita de ferro, etc.). Afinal das contas, o valor semântico mais fundamental, na semântica filosófica clássica desde Frege, é a referência ou a extensão.⁶ Não é uma surpresa se a estrutura interna de uma substância pode determinar a extensão de termo que a ela refere, particularmente no caso dos termos de espécies naturais.

4 As propriedades intencionais e semânticas

Uma tese interessante e esclarecedora sobre o Externismo semântico e de conteúdo mental é apresentada por Stalnaker 1989/1999. Talvez seja a maneira mais direta de apresentar o Externismo de maneira convincente. Para Stalnaker, parece até um truísmo: *as propriedades intencionais e semânticas são relacionais e extrínsecas*. Qualquer exemplar de um tipo (*token*) de uma expressão linguística tem propriedades intrínsecas: ondas sonoras obedecendo a certos padrões, ou marcas de tinta, giz, etc., sobre certa superfície; são propriedades que um físico ou químico pode identificar e descrever. Mas nenhuma delas determina o sentido da expressão ou as condições de aplicação de um termo. As propriedades semânticas como ter um sentido, uma referência, uma força ilocucionária, um conteúdo vero-condicional, etc., são propriedades *relacionais*, da mesma família que *ser acerca de algo* ou *representar algo*.

Retrospectivamente, me parece que não deveríamos ter sido tão surpreendidos pelas conclusões de Putnam e Burge. É óbvio que as propriedades semânticas, e as propriedades intencionais em geral, são propriedades *relacionais*: propriedades definidas em termos de relações entre um falante ou agente e o que ele ou ela diz ou pensa sobre algo. É óbvio também que relações dependem, em todos os casos menos os degenerados, de muito mais do que as propriedades intrínsecas de uma das coisas relacionadas. Isso, me parece, não é só a consequência de qualquer nova e controversa teoria da referência, mas algo que deveria seguir naturalmente de qualquer explicação da representação que sustenta que podemos falar e pensar, não só acerca de nossos próprios estados internos, mas também acerca de coisas e propriedades fora de

⁶ Ver Evans 1982: 8.

nós.⁷

Dretske defende algo muito semelhante:

O que faz A representar B, o que faz A dizer ou significar algo sobre B, não são propriedades intrínsecas de A, e sim, algo sobre o objetivo (*purpose*) ou a função de A num empreendimento informacional mais amplo. [...] O que faz com que manchas de tinta signifiquem algo não é a forma, cor ou tamanho (isto é, propriedades intrínsecas), e sim algo acerca de suas relações com acontecimentos externos, algo (falando de modo geral) acerca da maneira como elas são usadas.⁸

A questão mais fundamental da semântica filosófica é precisamente a questão de saber como passamos “do físico para o semântico”. Um problema paralelo em filosofia da mente, conhecido como o *Problema de Brentano*, pode ser formulado da seguinte maneira: como um sistema físico, um organismo, por exemplo, pode produzir e manter estados que são acerca de algo distinto de si mesmo? Será que as propriedades intrínsecas ou internas de um organismo, por exemplo, a atividade eletroquímica do cérebro, podem “produzir” algo como a intencionalidade, a propriedade relacional de “ser acerca de algo”, uma propriedade que, obviamente, não sobrevém localmente? Como nossos estados mentais adquirem tal característica?

As respostas tradicionais a essas questões são classificadas, por Putnam, como ‘Teorias Mágicas da Referência’. O mágico pronuncia cuidadosamente uma fórmula, e a pronuncia correta (a qualidade intrínseca dos sons produzidos) causa eventos físicos. A idéia de uma intencionalidade “intrínseca” ou originária parece uma sobrevivência dessas teorias mágicas. Putnam atribui em parte a Wittgenstein o mérito desta mudança de rumo na concepção das propriedades semânticas. O que vale para as imagens públicas e as expressões linguísticas – que têm a propriedade semântica de referir ou denotar objetos e propriedades – vale para os conteúdos mentais, conceituais ou não. As propriedades semânticas destes conteúdos não são obtidas misteriosamente: eles são *usados* por agentes cognitivos, da mesma maneira que um treinador pode usar a fotografia de um boxeador como descrição ou como prescrição (*Investigações Filosóficas*, § 22). Como já dito, o conteúdo das atitudes (crenças, desejos, etc.) é espe-

⁷ Ver Stalnaker 1999: 169-170. Tradução minha.

⁸ Ver Dretske 2003: 132. Tradução minha.

cificado por uma frase de uma língua *pública* no escopo de um verbo de atitude. O conteúdo mental herda normalmente as propriedades semânticas desta frase (ou de uma transformação gramatical desta frase) e de seus constituintes.

No § 432 das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein sugere que os signos adquirem vida no uso que fazemos deles: “Todo signo, *sozinho*, parece morto. *O que* lhe confere vida? – Ele *está vivo* no uso. Ele tem em si a respiração viva (*den lebenden Atem*)? – Ou o *uso* é sua respiração?”. Obviamente, signos não têm vida própria. Davidson vai no mesmo sentido: “é a compreensão que dá vida ao significado, e não o contrário”.⁹ Em outro lugar, ele reforça esse ponto mostrando como uma propriedade semântica como a referência aparece e se firma:

[...] uma palavra que fomos habituados a considerar aplicável na presença de serpentes passará a referir a serpentes. Naturalmente, muitas palavras não são aprendidas dessa maneira, mas são aquelas que o são que ancoram a linguagem ao mundo.¹⁰

O aprendizado e o conhecimento da linguagem são também inseparáveis da descoberta do mundo, de suas regularidades naturais e sociais (práticas). Esse conhecimento é amplamente compartilhado. Portanto, a referência é fixada *socialmente*. Wittgenstein, certamente, mas também Putnam e, sobretudo, Burge e Davidson, tornaram essa tese manifesta.¹¹ A tese da Divisão do Trabalho Linguístico mostra precisamente que, em muitos casos, e apesar da ignorância do locutor, o uso de uma palavra atinge seu alvo referencial somente porque algumas pessoas na comunidade linguística sabem quais são as condições de aplicação da palavra em questão. Pessoas incapazes de distinguir jadeita de nefrita, um olmo de uma faia, etc., referem à jadeita quando usam a palavra ‘jadeita’, e referem aos olmos quando usam a palavra ‘olmo’, porque basta saber que peritos na comunidade sabem com precisão quais são os critérios para aplicar corretamente esses termos.

⁹ Ver Davidson 1996/2005: 121.

¹⁰ Ver Davidson 1988/2001: 44-45.

¹¹ Ver Davidson 2001.

5 As experiências de pensamento

Imaginemos agora gêmeos (réplicas moleculares) que formam exemplares do mesmo pensamento, o qual envolve uma referência a uma dessas substâncias (jadeita/nefrita, etc.) com o mesmo estereótipo, mas com estrutura interna distinta. As três experiências de pensamento que vamos expor agora são, por assim dizer, variações sobre o mesmo tema; elas têm *grosso modo* a mesma estrutura que corresponde ao raciocínio a seguir cuja conclusão surpreendeu muitas pessoas.

1. Gêmeos (ou réplicas moleculares) estão pensando ou referindo a diferentes substâncias;
 2. Portanto, os seus pensamentos têm diferentes conteúdos;
 3. Portanto, eles têm diferentes pensamentos;
 4. Mas, os gêmeos são justamente réplicas moleculares;
 5. Portanto, os seus pensamentos não são (totalmente) determinados pela natureza física de seus corpos (em particular pela atividade cerebral);
- ∴ Seus pensamentos não estão (totalmente) nas suas cabeças.

A terra-gêmea

A melhor explicação desse resultado, segundo Putnam, envolve as noções de ‘*indexicalidade*’ e *rigidez*.¹² Vamos recorrer ao mesmo exemplo que Putnam, que opõe nossa água-H₂O à água-XYZ da Terra-gêmea.¹³ Nossos Doppelgängers na Terra-gêmea usam a mesma pa-

¹² Essa explicação pela “indexicalidade” foi contestada por Burge 1982 em “Other Bodies”. O conteúdo de um deíctico muda a cada novo uso, o que não é o caso entre os habitantes da Terra e os da Terra-gêmea quando usam uma expressão como ‘Esta água é fresca’.

¹³ Um problema com este exemplo foi mencionado imediatamente e afeta sua plausibilidade: nosso corpos contêm água-H₂O; se os corpos de nossos Doppelgängers na Terra-gêmea contêm água-XYZ, claramente, nessas condi-

lavra que nós, 'água'. Podemos dizer que a água é H₂O em todos os mundos possíveis, mas 'água' não tem o mesmo significado na Terra e na Terra-gêmea. Nesta última ela designa uma substância fenomenologicamente indiscernível, mas com uma estrutura interna (ou composição química) diferente que os químicos da Terra-gêmea abreviam pelas letras 'XYZ'. O significado da palavra 'água', segundo Putnam, é fixado assim na Terra e na Terra-gêmea: 'água' designa a mesma substância que *esta* (apontando para um líquido incolor, translúcido, inodoro, etc.). Uma substância igual a *esta* (no mundo atual) é H₂O em qualquer situação contrafactual. Ora, Joaquim e seu Doppelgänger são réplicas moleculares, o que significa que elas são qualitativamente idênticas, fisicamente e psicologicamente, quando descritas em termos não intencionais. Mas elas têm pensamentos diferentes, mesmo quando ambas, ao mesmo tempo, pensam o sentido da frase 'Esta água é fresca'. Melhor: podemos imaginar a mesma situação, mas alguns séculos atrás, por volta de 1750, ou seja, antes da química dos elementos e das descobertas de Lavoisier e Priestley. Nenhum especialista tinha o conhecimento que permitiria distinguir a água-H₂O da água-XYZ. Mesmo assim, os pensamentos de Joaquim e de seu Doppelgänger seriam diferentes, pois as substâncias não deixam de ser diferentes.

Como já vimos, esse resultado vai contra a tese da superveniência local mente-cérebro. A tese tradicional em semântica filosófica é que o conhecimento do significado de um termo é um estado psicológico *exíguo* e que a intensão de um termo sempre determina a sua extensão. Joaquim e seu Doppelgänger estão nos mesmos estados físicos e psicológicos. Como eles têm pensamentos diferentes, a saída para a concepção tradicional da semântica clássica e a tese da superveniência local é defender a existência de um conteúdo *exíguo*: se considerarmos as relações individuantes entre os conteúdos mentais de Joaquim e os de seu Doppelgänger e o ambiente respectivo de cada um, podemos restaurar a identidade entre os conteúdos e pretender, como os internistas, que são os conteúdos *exíguos*, e não os conteúdos *largos*, que importam para o conhecimento dos significados e a

ções, eles não podem ser nossas réplicas moleculares. Putnam não se abalou com essa observação e mantém que ela não invalida sua experiência de pensamento, que poderia mencionar outras substâncias não contidas no corpo.

explicação das ações. Trivialmente, se apagamos todas as diferenças entre duas coisas, elas acabarão, no final do processo, como qualitativamente idênticas! Um conteúdo largo ou pleno é um conteúdo mental cuja posse pressupõe a existência de algo no ambiente do portador do estado, ou a existência do portador num momento anterior ou posterior à posse do estado mental. Um estado mental com conteúdo largo é *de re*. Se Joaquim percebe uma laranja, então existe uma laranja no seu ambiente imediato (de outro modo, ele não percebe, mas alucina). Um conteúdo exíguo é tal que sua posse não requer a existência de algo no ambiente. Dois cérebros numa cuba, qualitativamente idênticos, conectados a um supercomputador num laboratório, poderiam ser induzidos a ter a mesma alucinação. Joaquim e seu Doppelgänger, neste caso, teriam necessariamente os mesmos pensamentos. Mais uma vez, o Externismo corresponde à tese de que pelo menos alguns de nossos estados mentais têm um conteúdo pleno; a posse desses estados mentais pressupõe, portanto, a existência de algo fora do sujeito e tem um caráter “*de re*”: ela depende da existência do próprio objeto representado (esses estados são “*existence-dependent*” e “*object-dependent*”, em inglês). O Internismo ou solipsismo metodológico, portanto, é a tese de que *todos* os estados mentais têm conteúdo exíguo, e poderiam ser possuídos por um cérebro numa cuba.

A artrite

Em Burge 1979, a seguinte experiência de pensamento foi apresentada. Oscar acredita que a artrite é um problema que afeta não só as articulações, mas também outras partes dos membros inferiores e superiores. Adquiriu o uso da palavra numa situação que lhe fez crer que se podia ter artrite na coxa (por exemplo, viu alguém se queixar de sua artrite segurando a coxa ao mesmo tempo). Ele vai visitar seu médico que lhe pergunta o que tem. “Doutor, tenho artrite na coxa direita”, diz ele. O doutor dá um sorriso e responde: “Meu caro, artrite é só nas articulações mesmo. Sente-se aqui, vou te examinar”. Oscar não pode ter artrite na coxa. O que ele disse, portanto, é falso. Ele poderia ter descoberto isso em qualquer dicionário ou livro de medicina, mas Oscar não tem muito interesse por essas coisas. Vamos imaginar agora uma comunidade linguística portuguesa distinta

da comunidade atual, na qual o termo ‘artrite’ é usado de maneira a designar não só o problema da inflamação nas articulações, mas também indisposições e dores ao redor das articulações. E aí, de novo, Oscar (o mesmo Oscar, em condições físicas e psicológicas idênticas ao Oscar da comunidade linguística anterior) visita seu médico e lhe afirma: “Doutor, tenho artrite na coxa direita”. O médico, com olhar e tom de voz grave, lhe responde: “Sente-se aqui, vou te examinar agora”. Nesta comunidade linguística contrafactual, Oscar diz algo verdadeiro. Oscar usou nos dois casos a mesma frase-tipo, mas o valor de verdade da afirmação de Oscar passou do falso no primeiro caso para o verdadeiro no segundo. Como o conteúdo (intensão) determina a extensão (o valor de verdade), então o conteúdo mudou na passagem da primeira situação para a situação contrafactual. A mudança foi ocasionada pelas convenções linguísticas que regem o uso de ‘artrite’ nos dois casos. Portanto, convenções ou regularidades sociais podem influenciar diretamente pensamentos individuais.

O Homem-pântano

Em Davidson 1987, uma outra versão do Externismo aparece. Eis a historinha de ficção científica que Davidson imaginou. Um dia, o próprio Davidson visitou um pântano, com a intenção, talvez, de observar e fotografar pássaros. De repente, uma árvore perto dele foi atingida por um raio que provocou um bizarro acidente quântico: o corpo de Davidson foi duplicado e nasceu um novo ser estranho, que vamos chamar de Homem-Pântano (*Swampman*). O Homem-Pântano é fisicamente igual ao Davidson, molécula por molécula, átomo por átomo; em particular o cérebro de Davidson foi reduplicado. Porém, o Homem-Pântano não tem a experiência e a biografia de Davidson. Tudo o que ele vê é visto pela primeira vez, mas com uma bizarra sensação de *déjà vu*. O Homem-Pântano nunca aprendeu inglês (a língua materna de Davidson) ou qualquer outra língua, nunca estudou em Harvard com Quine e Jaeger, nunca escreveu artigos sobre a interpretação radical, nunca viu a casa de Davidson, e nunca encontrou os amigos dele. O Homem-Pântano sai do pântano e vai direto para a cidade. Ali, ele encontra por acaso os amigos de Davidson, e os cumprimenta normalmente, como se ele pudesse reconhecê-los, e retorna os cumprimentos que recebe em inglês. Chega na frente da

casa de Davidson e diz em inglês o equivalente desta frase portuguesa: “Enfim, minha casa!”, mas nunca aprendeu e, portanto, não sabe o significado da palavra ‘casa’. Como isso tudo é possível? Os verbos ‘reconhecer’ e ‘saber’ são verbos que denotam estados mentais com conteúdo pleno: para reconhecer alguém, é preciso, em primeiro lugar, ter encontrado esse indivíduo num momento anterior e, portanto, ter existido neste momento anterior ao momento do reconhecimento. Eu não poderia saber que o Pico da Neblina é a montanha mais alta do Brasil, se a montanha não existisse. Para saber o significado de ‘casa’, tive que aprendê-lo num momento anterior a qualquer uso intencional do mesmo, e num contexto que lhe confere o significado correto. A experiência de pensamento de Davidson serve para exibir um contraste entre Davidson e o Homem-Pântano. Davidson tem algo que sua réplica molecular não tem: uma imensa rede de relações histórico-causais com objetos, substâncias, regularidades (como convenções) no meio ambiente.

6 Autoconhecimento e conhecimento *a priori* do mundo

Desde Descartes, o conhecimento de nossos próprios estados mentais constitui a principal fonte de certeza ao nosso alcance. Podemos errar em muitas matérias empíricas, mas como podemos errar quanto a saber quais são os nossos próprios estados mentais? A visão tradicional do autoconhecimento foi descrita metaforicamente como a concepção do “teatro cartesiano”. Nessa visão, a mente é como um grande teatro e, frente ao palco, o olho da mente observa e perscruta objetos desfilando no palco (emoções, pensamentos, proposições, juízos, dados sensíveis, etc.). De acordo com essa tradição, é assim, supostamente, que conhecemos nossos próprios estados mentais. Mas esse modelo é altamente problemático. Se podemos cometer todo tipo de erro em nossas observações empíricas, por que seria diferente com as observações feitas com “o olho da mente”?

O autoconhecimento é um “conhecimento sem observação” como dizia Anscombe; eu sei que estou lembrando de minha mãe quando estou lembrando de minha mãe, e sei que estou alegre quando estou alegre. Ninguém precisa me informar disso, e não preciso observar nada para adquirir e firmar esse tipo de conhecimento. Como Davidson observa, existe uma clara assimetria entre a maneira como

conhecemos nossos próprios estados mentais e a maneira como conhecemos os estados mentais dos outros. Neste último caso, precisamos de “evidências” empíricas; no outro caso, não. O autoconhecimento pode ser reconstruído como uma atitude de segunda ordem, reflexiva, que toma como objeto os estados de primeira ordem. Eu sei que lembro de minha mãe agora porque minha atenção é dirigida para minha lembrança.

Joaquim e Joaquim-gêmeo estão em ambientes distintos. Um ambiente, a Terra, contém água-H₂O, enquanto a Terra-gêmea contém água-XYZ. Joaquim e seu Doppelgänger afirmam e acreditam, diante de uma garrafa de água: “Esta água é fresca”. Vimos que Joaquim e sua réplica molecular têm pensamentos diferentes. Porém, para saber detalhadamente o que Joaquim acredita e o que Joaquim-gêmeo acredita, *cada um deveria investigar empiricamente o ambiente que eles habitam*. Claramente, não é assim que conhecemos nossos próprios estados mentais. Portanto, parece que o Externismo é incompatível com o autoconhecimento.

A resposta dos externistas, em particular Davidson e Burge, consistiu em destruir a falsa imagem do teatro cartesiano. Davidson (1987) ataca a ideia de que há entidades que a mente pode “considerar”, “apreender”, ou “ter em mente”. Colocamos pessoas em relação com certos objetos proposicionais na hora de descrever e atribuir suas atitudes, e fazemos isso por razões *semânticas*, mas esses objetos não precisam ser *psicológicos*, objetos efetivamente apreendidos ou conhecidos pela pessoa cuja atitude é descrita. Fazemos o mesmo quando explicamos nossos pensamentos aos outros. Mas, insistia Burge, conhecemos nossos próprios estados mentais *imediatamente, e não de maneira discursiva*. O que uma pessoa significa com suas palavras quando afirma sinceramente uma frase depende, nos casos mais básicos, dos tipos de objetos e eventos que levaram essa pessoa a considerar as palavras e frases aplicáveis em certos tipos de circunstâncias. Uma palavra é julgada aplicável quando as circunstâncias atuais são suficientemente similares às circunstâncias anteriores quando a palavra foi aplicada corretamente para as pessoas presentes. O significado das palavras que usamos é determinado por fatores externos que podemos esquecer ou desconhecer. Mas disso não segue que não sabemos o que significamos pelo uso dessas palavras. O que pensamos sobre o que estamos significando (i. é, sobre o que forma o

conteúdo do ato de pensar de segunda ordem) é determinado pelas mesmas circunstâncias que o ato de afirmação ou juízo sincero expresso (primeira ordem). O fato de ter esquecido em que circunstâncias aprendi a usar corretamente certas palavras não implica que não sei o que elas significam. E não saber quais condições (“*enabling conditions*”) tornam possíveis o fato de ter um certo pensamento não representa nenhum impedimento para o autoconhecimento, como constata Burge (1988). Basta que essas condições sejam satisfeitas. Desta forma, a autoridade da primeira pessoa, as determinações externas do significado, do pensamento e o caráter social da linguagem andam juntos sem conflitos.

Em McKinsey 1991 algo surpreendente aparece na forma de um paradoxo. Se a tese do acesso privilegiado aos nossos próprios estados mentais se sustenta, e se o Externismo de conteúdo está correto, poderíamos, ao que parece, obter conhecimentos empíricos sobre o mundo simplesmente pela inspeção puramente *a priori* de certos de nossos estados mentais com conteúdo pleno (“*broad*” ou “*wide*”). O argumento tem a seguinte forma:

- 1) Eu sei *a priori* que tenho uma certa propriedade mental M;
 - 2) Eu sei *a priori* que se tenho a propriedade mental M, então uma certa condição empírica deve ser satisfeita;
- ∴ Eu sei *a priori* que uma certa condição empírica é satisfeita.

Assim, eu sei *a priori* que tenho o conceito ÁGUA; eu sei *a priori* que eu não teria esse conceito se a água não existisse; logo, eu sei *a priori* que a água existe. De novo, temos um resultado contraintuitivo que parece mostrar que a tese externista é incompatível com o autocohecimento. O debate acerca do “Paradoxo de McKinsey” ainda está bem vivo. O Princípio de Transmissão do conhecimento *a priori* que está envolvido parece admitido por todos: quem sabe *a priori* que φ e sabe *a priori* que φ implica estritamente ψ , portanto, sabe *a priori* que ψ . (Na notação habitual: $K_{AP} \varphi \ \& \ K_{AP} (\varphi \rightarrow \psi) \models K_{AP} \psi$)

Uma possível linha de argumentação para aqueles que acreditam que o Externismo é compatível com a tese do acesso privilegiado, é colocar em dúvida o caráter *a priori* do conhecimento na primeira premissa (por exemplo, saber *a priori* que tenho o conceito de água).

A posse de um conceito pressupõe um período de aprendizado e algum conhecimento empírico. Aprendi a dominar o conceito ÁGUA em contato visual ou tátil com água; aprendi a reconhecer a presença de água nos rios, lagos, na banheira, quando chove, etc. Se assim for, a segunda premissa do raciocínio acima é falsa; ela não pode ser conhecida *a priori*, pois pressupõe a verdade da conclusão (que a água existe). Assim, o raciocínio seria circular.

André Leclerc
Universidade Federal do Ceará
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
andre.leclerc@pq.cnpq.br

Referências

- Boghossian, Paul. 1989. Content and Self-Knowledge. *Philosophical Topics* 17: 5-26.
- Burge, Tyler. 1979. Individualism and the Mental. In *Externalism and Self-Knowledge*. Edited by P. Ludlow and N. Martin. Stanford: CSLI Publications, 1998.
- Burge, Tyler. 1982. Other Bodies. In *Thought and Object*. Edited by A. Woodfield. Oxford: Clarendon Press, 1982.
- Burge, Tyler. 1988. Individualism and Self-Knowledge. In *Externalism and Self-Knowledge*. Edited by P. Ludlow and N. Martin, 1998.
- Burge, Tyler. 1977. Belief De Re. *The Journal of Philosophy*. 74 (6): 338-362.
- Chisholm, Roderick. 1976. *Person and Object*. La Salle: Open Court.
- Davidson, Donald. 1988. The Myth of the Subjective. In *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001.
- Davidson, Donald. 1987. Knowing One's Own Mind. In *Externalism and Self-Knowledge*. Edited by P. Ludlow and N. Martin, 1998.
- Davidson, Donald. 1994. The Social Aspects of Language. In *Truth, Language and History*. Oxford: Clarendon Press, 2005.
- Davidson, Donald. 2001. Externalisms. In *Interpreting Davidson*. Edited by P. Kotatko, P. Pagin and G. Seagal. Stanford: CSLI Publications, 2001.
- Dretske, Fred. 2003. Externalism and Self-Knowledge. In *New Essays on Semantic Externalism and Self-Knowledge*. Edited by S. Nuccetelli. Cambridge: MIT Press, 2003.
- Dretske, Fred. 1995. *Naturalizing the Mind*. Cambridge: MIT Press.
- Evans, Gareth. 1982. *The Varieties of Reference*. Oxford: Clarendon Press.
- Kim, Jaegwon. 1982. Psychophysical Supervenience. In *Supervenience and Mind*. Cambridge: CUP, 1993.
- Ludlow, Peter and Norah Martin (Editors). 1998. *Externalism and Self-Knowledge*. Stanford: CSLI Publications.
- McKinsey, Michael. 1991. Anti-Individualism and Privileged Access. In *Externalism and Self-Knowledge*. Edited by P. Ludlow and N. Martin, 1998.
- Putnam, Hilary. 1973. Meaning and Reference. *The Journal of Philosophy* 70 (19): 699-711; Também em *Meaning and Reference*. Edited by A. W. Moore. Oxford, OUP, 1993.
- Putnam, Hilary. 1975. Is Semantics Possible? In *Mind, Language and Reality*:

- Philosophical Papers*, vol. 2. Cambridge, CUP.
- Putnam, Hilary. 1975a. The Meaning of 'Meaning'. In *Language, Mind and Knowledge*. Edited by K. Gunderson. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1975; Também em *The Twin-Earth Chronicles*, Edited by A. Pessin and S. Goldberg. Armonk (NY), M.E. Sharpe, 1996.
- Putnam, Hilary. 1981. *Reason, Truth and History*. Cambridge, CUP.
- Seagal, Gabriel. 2000. *A Slim Book about Narrow Content*. Cambridge (MA): MIT Press.
- Stalnaker, Robert. 1989. On What's in the Head. In *Philosophical Perspective, 3: Philosophy of Mind and Action Theory*. Edited by J. E. Tomberlin, 1989; Também em *Context and Content: Essays on Intentionality in Speech and Thought*. Oxford, OUP, 1999.
- Wittgenstein, Ludwig. 1953. *Investigações Filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 1994.